

Título: O OCULTO POR DETRÁS DAS APARÊNCIAS
Autor: João José R. L. Almeida
E-mail: limalme@uol.com.br
Tema: As subjetividades contemporâneas.
Sub-tema: As novas formas de sofrimento.

Resumo:

A psicanálise especializou-se como prática de interpretação dos comportamentos irracionais, com vistas a eliminar o sofrimento psíquico. Sendo indecifráveis para o paciente tanto a sua ação quanto o correspondente sofrimento, o ato analítico consiste, precisamente, em dar ou reconfigurar sentidos mediante uma técnica de total abstenção do analista senão ouvir atentamente a fala do analisando, e uma adesão do paciente ao compromisso de tudo falar sem interpor qualquer obstáculo. Este artigo pretende demonstrar que: (a) a escuta psicanalítica depende crucialmente da teoria em foco na sua ação; (b) as escutas em outros enfoques são totalmente distintas; (c) as teorias não se renovam por si mesmas se as formas de sofrimento mudarem; e (d) a condição para renovar teoria e prática clínica é desistir de buscar o oculto por detrás das aparências.

Palavras-chave: Filosofia da psicanálise, Freudismo, Lacanismo, Pragmatismo.

Dizer que há uma diferença entre a filosofia e a teoria psicanalítica é a mais cândida das afirmações. Não há quase efetivamente ninguém que não saiba disso em teoria. Na prática, entretanto, a trivialidade transforma-se numa poderosa força de defesa inconsciente. Repare o leitor como opera a dinâmica desta inter-relação: no artigo de 1913 sobre “O interesse em torno da psicanálise” (*Der Interesse an der Psychoanalyse*), Freud deixa transparecer uma visão caricata da filosofia. Tudo se passa como se esta necessariamente desconhecesse o inconsciente de que a psicanálise trata, e como se a psicanálise não contivesse pressupostos filosóficos. Por esta razão, Freud relaciona dois conteúdos que a psicanálise poderia ensinar à filosofia: a primeira lição é a de que a vida mental não se reduz à consciência; a segunda, que as verdades filosóficas têm motivação inconsciente. Por seu turno, a filosofia, pode-se concluir pelo eloquente silêncio do artigo, pouco ou nada teria a ensinar à psicanálise.

Em Lacan, embora a distinção e a conjunção teóricas dos dois discursos sejam um pouco mais refinadas, a caricatura da filosofia volta a aparecer. No decurso do Seminário XVII, em 1969, aprendemos que a linguagem acadêmica tem a forma do “discurso da Universidade” (Lacan, 1991). Isto é, trata-se de um laço social em que o

agente é o “saber” que se impõe ao outro autorizado por uma “verdade”. Como o outro é tratado como “objeto” nesta posição discursiva, o resultado desta ação é a perda do “sujeito”. O “discurso da Universidade” é o avesso do “discurso da Histórica” e o reforço obscuro do “discurso do Senhor”, destituído pela histórica da posição de dono da verdade (Lacan, 1970, p. 436).

O “discurso do Analista”, contudo, é o avesso do “discurso do Senhor”. Nele, o agente, autorizado por um “saber” da estrutura, dirige-se a um “sujeito” e produz uma “verdade”; resultado que só é possível porque o agente, agora, ocupa o lugar de “objeto”. Ele incita o impossível aos atos de suas supressões, provoca a histórica a falar, e, assim, adquire o poder de tornar o paciente em agente.

Até aí nada demais, entende-se que não necessariamente a psicanálise e o psicanalista ocupam todo o tempo a posição típica do “discurso do Analista”, ou a filosofia e o filósofo a do “discurso da Universidade”. Estas são apenas dinâmicas inconscientes que podem vir a ser assumidas na prática discursiva de qualquer “um” que esteja diante de um “outro”, em geral. Isto é, eu posso agir ora como Porta-Voz da Verdade, ora como Senhor, ora como Histórico, ora como Analista, com relação ao outro. São posições discursivas inconscientes típicas particularizadas em atos.

Mas eis que de repente surpreende-se Lacan dizendo que *necessariamente* uma tese universitária sobre a psicanálise distorce a teoria psicanalítica (Lacan, 1991, p. 45), pela imposição do próprio estilo do discurso. A falácia é muito sagaz, já que no meio do palavrório Lacan faz passar dissimuladamente ao ouvinte (ou leitor) a idéia de que o seu ensino é o “discurso do Analista”, e que a tese de Anika Rifflet-Lemaire, que então comenta, é o “discurso da Universidade” (cf. tb. Lacan, 2001). Não mais se trata do que se disse antes, de posições que podem ser ocupadas em discursos. Trata-se de fazer com que qualquer coisa que venha do lado de lá seja menos perfeita. Como efeito da história, na prática quotidiana, comum e corrente da comunidade analítica, observa-se por muitos sinais o desprezo do psicanalista pela Academia, e a total inconsciência dos pressupostos filosóficos dos seus atos de fala.

O objeto da psicanálise é o inconsciente; o objeto da filosofia é tudo. Embora a atividade de cada profissional seja bem distinta, em teoria e na prática esses objetos formam um emaranhado bastante difícil de desenredar. A escuta psicanalítica, ao contrário do que se propala, não é imune. Por minha parte, acredito ser muito mais prudente pensar no “discurso da filosofia”, se existir tal coisa, como o faz Wittgenstein: “filosofia.. é uma luta contra a fascinação que formas de expressão exercem sobre nós” (1958, p. 27)

Escutar é Aprender

Independente do que diga qualquer das diferentes teorias psicanalíticas a respeito, a escuta é um aprendizado. Depois de alguns anos de formação teórica e prática, o psicanalista começa a ouvir na fala do paciente coisas que antes não ouviria. Esta experiência é facilmente verificável ao constatar-se na supervisão a diferença entre o ouvido técnico treinado e o ouvido leigo ainda despreparado. Porém, mais que um aprendizado, a escuta é também um hábito: com mais alguns anos de prática, o psicanalista absorve em seu corpo uma postura correta para ouvir melhor, de modo que já não mais gasta energia em tentar encontrar o lugar analítico diante da fala do paciente. Tudo já pode ser feito de maneira natural, sem estudo, sem perda de tempo, na emissão da própria voz que se posiciona. A incorporação do hábito certamente provém do fato de que a clínica traz mais surpresas ao iniciante que ao veterano. Cada nova surpresa deve ser compreendida afinando ainda mais a teoria na supervisão ou em reuniões clínicas com os pares. Incorpora-se ao repertório do aprendiz uma prática social, as maneiras mais simples e eficazes de resolver problemas de acordo com a linha da comunidade à qual pertence o psicanalista. Deste modo, os anos de prática adicional acrescentam um psicanalista maduro ou experimentado, isto é, aquele que depois de tanto andar pela mesma estrada adaptou o seu andar a essa estrada, de tal maneira que já não mais parece haver o mesmo esforço que se exige o iniciante. O psicanalista maduro ouve melhor do que antes e já sabe o que fazer quando surge o inesperado.

A analogia com a formação da percepção auditiva no mundo musical impõe-se pela própria semelhança de atitude: ouve mais música quem mais treina para este fim. Entretanto, a audição segue um modelo. No espectro de frequência sonora normal para o ouvido humano não se pode ouvir tudo ou qualquer coisa que se queira, senão cada vez mais e melhor aquilo para o qual se foi treinado. Existem modelos auditivos distintos, a música não é igual em todos os lugares do mundo. Um indiano imerso em sua cultura ouve música diferente do japonês tradicional, que ouve diferente dos Mapuche dos pampas argentinos, que ouve diferente do aborígine australiano. As surpresas no interior dos modelos também existem, mas o músico, da mesma forma, já sabe o que fazer nesses casos: encaminha a solução pelas vias da sua compreensão auditiva ou do hábito incorporado. A percepção do maestro de orquestra sinfônica é bem diferente da capacidade, igual em dignidade e função, adquirida pelo diretor de uma bateria de escola de samba. Se por acaso trocarem de lugar, nenhum dos dois desempenhará bem a função, porque ela depende de uma interligação bastante complexa de crenças e usos cuja aplicação no outro campo é deficiente ou inócua. O maestro de orquestra sinfônica não saberia o que fazer para tirar o melhor efeito estético de surdos, repeniques, recos, afoxés e tamborins, porque não tem a vivência necessária no ambiente cultural do samba; o diretor de bateria, por sua vez, não saberia o que fazer com a partitura, a batuta e os diferenciados naipes de instrumentos diante de si, por motivos idênticos.

Nada disso quer dizer, por suposto, que não possa haver um bom diretor de bateria de escola de samba que seja ao mesmo tempo um maestro de orquestra sinfônica, ou um cultivado indivíduo nas artes musicais mais clássicas que tenha participado da cultura que envolve as mais recônditas tradições do samba. Desde que possa haver tradução, pode haver participação em mais de uma forma de vida. Não há notícia de alguma língua humana que não pudesse ter sido traduzida em outra. Um sujeito pode falar húngaro e guarani sem sotaques; isto pode até ser extraordinário, espantoso, impressionante; mas nunca tão inédito. Este é o motivo

pelo qual a hipótese da incomensurabilidade de Thomas Kuhn (1970) torna-se inócua: a sua falta de sentido ante a tese da possibilidade de tradução. Acreditar que há mundos incomensuráveis, esquemas conceituais e culturais dentro dos quais o ser humano pertencente a outra cultura ficaria cego, surdo e mudo, pressupõe a crença de que as teorias *refletem* as suas práticas. A cegueira seria o resultado de que uma linguagem diferente refletiria o mundo com formas distintas. Isto é, a incomensurabilidade entre esquemas conceituais distintos é tributária, em parte, da crença de que a linguagem é o espelho do mundo, que a sua função é representar. Se trocamos a tese do reflexo pela da coexistência relacional entre a linguagem e o mundo, a coisa fica bem mais fácil de entender. O fenômeno da incapacidade perceptiva e o impasse da incomensurabilidade se resolvem. Linguagem em vez de representar, faz. Teoria e prática ficariam, portanto, no mesmo plano de atuação. Voltando ao exemplo dos músicos, isto significa que poderia haver cegueira ou surdez no novo ambiente, mas poderia também haver novo aprendizado ou aquisição de novos hábitos.

Para o que nos interessa aqui, as novas formas de sofrimento e nossas antigas teorias, proponho-me a ser uma voz que prega o fim das antigas formas de ver das teorias. O fim do freudismo, do lacanismo, da psicologia do ego ou das teorias de relações objetais? Não; apenas o fim de teorias associadas a práticas que não reconhecem seus pressupostos a respeito da relação entre “subjetividade”, “verdade” e “mundo”. Só para tomar o exemplo mais eloqüente, a sexualidade, se a consideramos como *relação de poder* pressuporemos, como veremos a seguir, uma relação entre esses elementos totalmente distinta das teorias que promovem alguma forma de *scientia sexualis*; isto é, teorias que pensam a sexualidade baseada numa verdade, seja ela interna ou externa com relação à mente, ou real ou ideal com relação ao mundo. Prego o fim de teorias vinculadas a práticas que associam o sexual com uma essência ou com uma forma. Prego o fim das antigas formas de ver das teorias não porque as teorias são antigas, mas porque *não há* novas formas de sofrimento para suas práticas clínicas; o novo sofrimento é interpretado como o

antigo, e as relações de poder, em vez de linhas dinâmicas, são vistas como blocos estáticos.

Eu, Verdade e Mundo

Para que o novo sofrimento não se torne um sofrimento novo para a psicanálise, talvez valha a pena pensar o que ela não pensa em seu pensamento. Todas as teorias psicanalíticas têm, inevitavelmente, uma concepção de “eu”, de “verdade”, e de “mundo” com as quais se aparelham para combater o mal e salvar suas vítimas. Entretanto, como há distintas teorias psicanalíticas, sob este ponto de vista suas diferenças jazem nos posicionamentos e relações que cada uma delas entretém entre os três elementos. Por exemplo, se coloco o “eu” do lado de dentro, o “mundo” do lado de fora, e a “verdade” como o agente intermediário, terei uma psicanálise representacionista. Se coloco o “eu” e o “mundo” do lado de fora, o internalismo deixa de fazer sentido, mas se a “verdade” continuar como intermediária, terei uma psicanálise formalista. E se coloco os três elementos para fora, não haverá mais a polaridade interno/externo nem o *tertium quid*, e terei uma psicanálise pragmática. Esquemáticamente, essas relações ficariam assim:

	EU	VERDADE	MUNDO
REPRESENTACIONISMO	interno	intermediária	externo
FORMALISMO	externo	intermediária	externo
PRAGMATISMO	externo	externa	externo

Nas três formas de teoria psicanalítica, no entanto, a ação consiste, cada uma à sua maneira, em não mais que reconfigurar sentidos. O paciente deixa de sofrer quando, finalmente, vencidas as resistências, entende o que lhe está passando e recupera o poder de decisão.

Representacionismo

O que fazem o representacionista, o formalista e o pragmático diante do sofrimento? O representacionista, por exemplo, sabe que o desejo organiza-se por representações. Essas representações refletem o mundo que está do lado de fora; elas são o concomitante psíquico dos estímulos externos que penetram no aparelho na forma de sensações. As representações, no entanto, não se relacionam exclusivamente com o mundo, mas também com as outras representações no interior do aparelho. O sistema não é localizacionista, é funcionalista; por isso, uma representação do mundo não tem obrigação de refletir corretamente, ponto por ponto e sem distorções, como uma câmera digital, a realidade externa. A representação psíquica não pode ser mais nem menos que um resultado final de complexas negociações internas.

O que seria, por exemplo, a frigidez histórica para o representacionista? Seria o mal resultado das negociações internas do aparelho; isto causa o comportamento contraditório daquela que diz haver-se casado com o noivo desejado mas não transa com ele. O sofrimento de ambos origina-se apenas em um dos pólos da relação, e, ainda, pelo lado de dentro. Isto é, no fato de que a representação mais apropriada da realidade, digamos, a mais adulta ou mais coerente segundo todas as informações disponíveis pela histórica, não chega à sua consciência por motivos x, y e z a serem descobertos. Em consequência, o afeto, indissociável da correta representação, não é descarregado pela fala, e, solto no aparelho, busca a inervação corporal com resultados deletérios. A tarefa do representacionista é descobrir pela escuta de tudo o que ela diz a respeito de qualquer coisa, o núcleo patógeno oculto. Em outras palavras, descobrir o que está oculto pela resistência interna do aparelho à descarga pulsional e pelo disfarce das representações equívocas do desejo.

Por que deve pensar assim o representacionista? Porque está determinado por suas pressuposições: o “eu” está do lado de dentro, o “mundo” está do lado de fora, e a “verdade” faz a intermediação entre os dois. Repare bem: não é a

“representação” a intermediadora, senão a “verdade”. O que importa é a representação *correta*, aquela que, dadas todas as condições relevantes, corresponde adequadamente ao mundo, mas está desviada das suas funções naturais pelo núcleo patógeno.

Formalismo

Já o formalista age diferente do representacionista diante do sofrimento porque a divisão interno/externo não lhe faz sentido. Se for o caso de referir-se à extensão, para todos os efeitos “eu”, “verdade” e “mundo” são do lado de fora num enfoque mais temporal que espacial. O desejo organiza-se, na sua concepção, em analogia com a estrutura formal da linguagem. A forma não é, propriamente, o desejo; nem este, a forma. Porém o raciocínio analógico permite, em que pese o surgimento de uma fresta nunca disfarçada neste tipo de manejo, a redução, já que o formalista deve acreditar piamente em sua heurística mesmo que ela comporte um furo. A frincha não é tomada como indicação de falta de coerência; ao contrário, é apresentada como índice de saúde teórica.

O que seria, nesta perspectiva, a frigidez histórica? Nada de interioridade, apenas as relações capturadas no mundo externo. Seria uma via intransitável de duas mãos entre a histórica e seu Senhor. Na direção de ida, uma inconsciente atenção felina da histórica sobre o desejo do Senhor, ligada a uma concentração em si como o objeto capaz de satisfazê-lo; e, no sentido de volta, uma percepção de si como um desejo ausente vinculado a um reparo no Senhor como objeto incapaz de satisfação. As linhas de ida e volta são fixas e inter-relacionadas na sua rigidez imaginária ou no seu trancamento emocional. Por isto, o Senhor da ida torna-se logo o deposto Senhor da volta. A histórica não pode alternar entre a posição de objeto de desejo e a de sujeito desejante, pois a segunda alternativa lhe está vedada. Ela não deseja, só é desejada, por motivos x, y e z a serem descobertos.

Até aí temos apenas as relações de poder, mas o formalista pretende mais que descrever a situação do mundo. Ele quer revelar a ordem do desejo. Isto é, ele quer

explicar o porquê do trancamento histórico. Para isto, utiliza-se do recurso reductivo não aos concomitantes físicos das representações psicológicas nem a outros conceitos semelhantes em dignidade e valor, porém a um terceiro elemento externo à exterioridade. Esta capacidade existe para o formalista porque ele acredita que o “eu” e o “mundo” são condicionados por esta entidade ontológica. O espaço e o tempo nada mais são que o produto do seu recorte transcendental, e sem a forma nada do que foi feito se fez (e se faz). O sentido e o sem-sentido sem ela são incompreensíveis, e, por isto, justifica-se pensar-lhe o desejo em correlação analógica. A forma é a verdade velada.

Segundo esta posição teórica, a histórica fixa-se no comportamento frígido porque amarrou seu desejo em um significante que lhe comanda a vontade mediante seus intermináveis sub-rogados. Este nó cego decorre do horror ao vazio, do medo de que lhe sobrevenha a angústia irrespirável se corre o risco de não encontrar o objeto onde deveria estar. Como o aprendiz de natação diante do primeiro mergulho na piscina, a histórica não se lança ao desejo porque sabe que atrás do significante não há fundo, não se pode fazer pé e não há caminho de volta. O significante tanto é a presença da ausência quanto a mortificação do gozo. Por isto, entre apropriar-se do significante do seu desejo ou deixar-se levar por ele, ela escolhe a segunda opção. A tarefa do formalista é descobrir pela escuta o significante do desejo da frigidez histórica, permitindo, mediante pontuações e cortes, a melhor resolução da metáfora paterna.

Por que fica o formalista a espera de significantes como um caçador de borboletas metafísicas? Ele está assim determinado porque reduz o desejo a aspectos estruturais da linguagem. Ele não tem como explicar o que lhe autoriza a redução. Mas isso não lhe importa; ainda assim acredita que o comportamento explica-se pela forma e não pelo conteúdo. Acredita também que se não for dessa maneira, o desejo fica sem explicação; flutua no mesmo vazio sobre o qual também paira o significante. Por isto, nada mais justo que o responsável pelo tudo e pelo nada se encarregue de dar conta da subjetividade.

Pragmatismo

Para o pragmático, no entanto, segue valendo na ontologia o princípio da decisão racional: *tertium non datur*. Em psicologia, deve-se tudo explicar no mesmo plano da ação, sem postular entidades epistêmicas privilegiadas. A linguagem, tanto em forma quanto em conteúdo, é pura ação. A produção de sentidos é decorrência do fato de que ao falar fazemos algo. Dizer é tentar mudar o mundo com a fala. O sentido não é nem o reflexo do mundo nem o efeito da forma significante; é apenas o uso que fazemos das palavras em contextos determinados. O desejo, por isto, não é organizado pelas imagens resultantes de sensações ou tampouco pela ausência instaurada pelo atravessamento da estrutura simbólica. O desejo é uma produção do poder, da espontaneidade humana, é a prática de uma ação com vistas a realizar algum fim. Nada lhe precede, nem as sensações nem a falta. Não quer isto dizer para o pragmático, no entanto, que o desejo não tenha suas razões ou motivos. Praticar-se determinado ato por causa de alguma coisa. O nome desta “alguma coisa” inter-relacionada ao desejo é “crença”. Faço algo porque tenho vontade e porque acredito que, assim fazendo, obterei o que quero; e quero porque também acredito que há uma necessidade. A ação, as crenças e o desejo estão todos sobre a mesma mesa, nenhum dos elementos precede o outro nem “organiza” o outro. Simplesmente não há organização do desejo, mais que um amontoado de peças sobre uma mesa às quais pode-se dar um arranjo segundo o que pareça ser o melhor critério. Não há como justificar que qualquer elemento, seja a linguagem sejam as sensações, tenha o privilégio epistêmico da relação com o desejo. Na psicologia não podemos fazer como na física: reduzir o movimento à forma matemática, e esta à experiência, correlacionando as três instâncias em substituições que preservam a integridade e consistência das reduções. Em psicologia, a única possibilidade é uma descrição que preserve a consistência. Porém, como não podemos fazer nesta descrição as substituições *salva veritate* da

ciência, o acerto em psicologia não é verificável. Uma infinidade de descrições consistentes da ação é igualmente possível e igualmente digna.

A análise da frigidez histórica fica por isto no plano da ação, sem a redução ao elemento epistêmico privilegiado. A histeria é analisada como vontade de poder. Como feixes de pulsões em guerra entre si e com o outro, onde às vezes ocorre que um grupo domine e depois seja dominado por outro, ou divida-se em feixes de força separados e completamente desorganizados. Essas inter-relações nunca são fixas, as contradições são uma resolução constante nesta dinâmica de múltiplas forças desencontradas. Mas as forças desencontradas também podem agrupar-se e produzir outros resultados de ação. Dentro deste emaranhado, a histeria é uma inabilidade incorporada em hábito de defesa contra outras vontades de poder. As possibilidades em psicologia são infinitas. Na clínica, trata-se de contar a melhor história no jardim dos caminhos que se bifurcam.

Por conseguinte, como relação de poder em que se faz e deixa-se de fazer, a descrição da histeria como a provocação do outro e a sua posterior anulação nada teria de metafísica. O analista pragmático trabalharia em função de descobrir crenças como pressupostos inconscientes da ação, hábitos de defesa cristalizados e inaplicáveis na situação dada. Mas a descrição final e coerente da ação histórica não é objetiva. Uma outra sempre seria possível. O fim da análise não é determinado pela cura ou pela travessia do fantasma. Somente pelo fim do sofrimento do paciente, se ele julgar que compreendeu as razões de sua atitude e ao mesmo tempo souber que as razões compreendidas nada mais são que descrição. Não importa se ela vai querer seguir praticando o que sempre fez ou vai querer mudar. Para a análise interessa somente que o paciente possa conduzir seu barco através das correntes marítimas, das tempestades traiçoeiras e das profundezas abissais do oceano infinito sem descontrolar-se. Importa que a vontade recupere sua liberdade ante a escravidão.

Novas Formas de Sofrimento

Descrevi uma antiga forma de sofrimento segundo três perspectivas teóricas para precisamente perguntar-me pela escuta das novas. A meu ver, o único sentido possível para a expressão “novas formas de sofrimento”, seria “as formas de sofrimento que até agora não foram consignadas pela literatura psicanalítica”. Por este motivo, novas formas de sofrimento não seriam perceptíveis pelo ponto de vista aliado a crenças e práticas utilizados para as formas antigas. O novo sofrimento provém da leitura possível para outras perspectivas teóricas, ou da indeterminação da tradução entre o velho manual e outros manuais. A nova forma de sofrimento é o desentendimento da velha teoria.

Há um bom número dessas novas formas de sofrimento, por certo; tanto vinculadas a fenômenos orgânicos como as puramente psicológicas. TPM, pânico, depressão, ansiedade, insônia, drogadição. As formas de sofrimento correspondentes à modificação da expressão sexual na cultura ocidental; por exemplo, solidão, ciúme, sentimento de traição ou problemas relacionados a paternidade ou maternidade em relações homoeróticas. Problemas relacionados a divórcio, filhos de outros casamentos, mães que trabalham fora, mulheres chefes de família, descasados que voltam a viver com os pais, competitividade no trabalho, desemprego, obsessão pelo corpo perfeito. Responsabilidade, culpa, vergonha, sexo, feminilidade e masculinidade na era pós-moderna e globalizada. Um sem-número de novas opções, porém a tendência mais normal é que a teoria psicanalítica leia a nova queixa pelo velho manual, onde todos os fenômenos podem ser englobados em histeria, neurose obsessiva, perversão e as psicoses.

Ou então, o pior: a atitude psicopatológica. Ir aumentando, um após o outro, o número de entidades nosológicas como quem aumenta de tempos em tempos o número de palavras de um dicionário. Na realidade, a primeira acepção da palavra “psicopatologia” é a da lista exaustiva das formas de sofrimento mental conhecidas. Certamente, a forma nova de sofrer não funda outra psicopatologia, apenas adiciona o elenco do espetáculo. A única possibilidade de mudança - e agora, sim, vale a pena concordar com Kuhn - é o processo de crise do velho paradigma (idem, pp. 52-

76). Mas a crise atinge os pressupostos filosóficos, a forma de fazer as coisas, os hábitos arraigados, não o conteúdo teórico consciente. Se os pressupostos permanecerem inconscientes, não haverá mudança nem percepção de fenômenos inéditos.

Ouvir é Ver o Aspecto

Toda a teoria que carregue o pressuposto de que o desejo está organizado de uma forma detectável por detrás das aparências, não ouvirá a fala para a qual não se preparou para escutar. Não que a falha de tradução não seja perceptível, mas porque, não sendo pressupostos os elementos filosóficos da psicanálise no mesmo plano de imanência em que nos são dados, não será gerado o ato analítico. O psicanalista estará buscando em outros lados, de acordo com o seu hábito, coisas que se encontram na sua frente. A crise resultante trará o recrudescimento defensivo do teórico. Para ele não será possível que o desejo não se represente pelo elemento privilegiado. A postura desse tipo de psicanalista é a de insistir na busca do elemento ainda não revelado.

Para a teoria que pressupõe que todo o problema já está desenhado na mesma tela em que se apresenta ao mundo, o comportamento será semelhante ao do apreciador de *O Horticultor*, de Arcimboldo, ou de *Os Embaixadores*, de Holbein, ou de *Las Meninas*, de Velásquez. Tudo o que teremos é a visão de um aspecto; mas pode haver outros aspectos a ver-se, aqueles que causam o sofrimento incompreensível e a impossibilidade da decisão. Eles não estão escondidos, dependem da maneira como se configura o conjunto de traços, pontos, cores e volumes no próprio ato de perceber o que está sempre ali desde sempre, diante do olhar. E diante do olhar, não há estruturas subjacentes, nem representações ou significantes recalcados. Apenas o emaranhado complexo e variado do contínuo a ser ordenado por qualquer interpretação ou história coerente. A reorganização semântica do contínuo perceptivo liberta a vontade.

O teórico do primeiro tipo ouvirá, em qualquer caso, a verdade oculta no complexo de Édipo; o do segundo tipo jamais ouvirá o complexo de Édipo senão na própria história de Édipo. Cada história de vida terá a sua própria e insubstituível particularidade, sem terceiros elementos intermediários e explicativos.

Se o mistério não contiver verdades ocultas, mas chaves de interpretação, há possibilidade de que o psicanalista vença seus velhos hábitos clínicos e aprenda uma nova forma de ver as coisas. Essa é a única maneira de auxiliar o paciente a superar resistências, isto é, seus próprios hábitos ineficazes de lidar consigo e com o mundo; e a ordenar o material da sua vida num sentido consistente com a forma de vida à qual pertence. Novos sofrimentos são parte de novas formas de vida.

A psicanálise não é nem uma ciência ordinária, nem uma ciência psicanalítica. É uma maneira particular de proporcionar ao paciente uma maneira de reconstruir e reviver a sua história. A vida é um labirinto; dentro dela nos perdemos ou desfiamos uma linha que nos conduza pelos entrecruzamentos das idas e retornos. Tecer histórias é aprender a desfilar sentidos. Em psicanálise nada se descobre, tudo se faz. Parar de descobrir coisas escondidas é o grande desafio para a escuta do psicanalista, e a única promessa de renovação teórica.

Bibliografia

- CAVELL, Marcia (1993). *The Psychoanalytic Mind. From Freud to Philosophy*. Cambridge, Harvard University Press.
- DAVIDSON, Donald (1974). "On the Very Idea of a Conceptual Scheme". In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford, Clarendon Press, 1984, pp. 183-98.
- FOUCAULT, Michel (1984). *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Paris, Gallimard.
- FREUD, Sigmund (1913). "Das Interesse an der Psychoanalyse". In: *Gesammelte Werke*, Band VIII. Frankfurt a. M., S. Fischer Verlag, 1991.
- KUHN, Thomas S. (1970) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, The University of Chicago Press.
- LACAN, Jacques (1970). "Radiophonie". In: *Autres Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, pp. 403-447, 2001.
- _____ (1991) . *Le séminaire, livre XVII: L'envers de la psychanalyse*. Paris, Ed. du Seuil.
- _____ (2001). "Preface à une thèse". In: *Autres Écrits*. Paris, Ed. du Seuil, pp. 395-396.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1958). *The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the "Philosophical Investigations"*. Oxford, Basil Blackwell.